MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Gestão Estratégica
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Orçamento, Finanças, Contabilidade e Custos

ATA DE REUNIÃO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTABILIDADE E CUSTOS - CTOFC

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025, às 10h, no Bloco F, anexo – ala A, Sala 300.

PESSOAS PRESENTES

Membros da CTOFC: Leonardo David da Silva Luiz - Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Titular - SSC/MGI); Thais Alves Medeiros (Suplente - MGI); Ana Cláudia Nonato da Silva Loureiro (Titular - MIR); Deborah Haydée Ramon e Barros Ferreira (Titular - MDIC); e Wagner de Souza Melo (Titular- MMulheres).

Convidados e outros participantes: Enoque da Rocha Costa – Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos (MGI); Eduardo Nunes Loureiro – Coordenador-Geral de Transferências (MGI); Rafael de Souza – Coordenador de Informações Contábeis (MGI); Regina Lucia Coelho Cavalcante Lima - Técnico de Comunicação Social e Publicidade (MGI); e Jéssica Silva Rodrigues Pedrosa (MPI).

I. ABERTURA

A reunião foi iniciada por Leonardo David da Silva Luiz, Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na condição de Secretário-Executivo do colegiado.

Leonardo apresentou a pauta da reunião e as expectativas em termos deliberativos, apresentação da equipe, termos e objetivos das câmaras, bem como suas competências.

II. APRESENTAÇÕES PARA DISCUSSÃO

Item 1: Apresentação da Pesquisa de Satisfação:

Conforme os serviços prestados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, surge a necessidade de uma avaliação da satisfação dos órgãos solicitantes do ColaboraGov, a fim de possibilitar os ajustes necessários e garantir o contínuo aprimoramento.

A pesquisa foi elaborada e executada pela Coordenação-Geral de Inovação e Planejamento Orçamentário - CGPLAN, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços já oferecidos. Foi enviado um questionário com algumas questões a serem respondidas de forma anônima, a fim de preservar a identidade dos participantes.

De maneira geral, os resultados da pesquisa indicaram um nível de satisfação classificado como satisfatório ou muito satisfatório, embora tenham sido registradas queixas relativas à plataforma SEI, principalmente no que tange à lentidão e à instabilidade. Embora essa ferramenta seja utilizada para a execução de algumas atividades dentro dos serviços prestados, não se trata de uma especificidade desta

Diretoria. Contudo, como a reclamação foi unânime na pesquisa, a questão será encaminhada às áreas responsáveis para que possam tomar conhecimento e buscar o aprimoramento da plataforma.

A partir dos resultados obtidos, identificou-se a necessidade de elaborar uma nova pesquisa, focada no rateio de despesas, com o intuito de mapear problemas relacionados a este tema. A participação nas pesquisas é de extrema importância, pois elas evidenciam questões que necessitam de atenção e tratamento adequados.

Item 2: Área de Custos:

Este projeto tem como objetivo proporcionar uma visão abrangente dos custos operacionais do ColaboraGov como um todo, com foco na departamentalização. A implementação do projeto foi iniciada com ênfase em duas variáveis de custos: o custo de pessoal (mão de obra) e o custo de funcionamento. O custo de pessoal abrange a força de trabalho efetiva, incluindo remuneração, benefícios e encargos; enquanto o custo de funcionamento engloba despesas como energia elétrica, serviços terceirizados, TI e material de consumo, por exemplo.

Em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, foi desenvolvido uma metodologia de custo de pessoal, utilizando um processo automatizado que consiste na utilização de dados da folha de pagamento, contemplando o custo efetivo de cada órgão, subdividido em diversos níveis hierárquicos, detalhando toda a estrutura administrativa até o nível de custo por coordenação.

No que diz respeito ao custo de funcionamento, o levantamento é realizado manualmente, por meio de planilhas Excel. Para essa análise, foram examinados aproximadamente 4.000 processos. Considerando que o aumento dos gastos é contínuo, ainda é necessário um considerável avanço para mapear todos os custos. Para garantir a consistência dos números que serão analisados, é essencial uma colaboração mútua entre o MGI e os órgãos demandantes. Serão solicitadas, por exemplo, informações sobre o quantitativo de terceirizados, além de outros dados, para que possamos refinar as informações adquiridas, contribuindo, assim, para o aprimoramento dos painéis gerenciais.

O modelo adotado na elaboração destes painéis interativos visa proporcionar uma melhor visualização dos gastos públicos, promovendo, por conseguinte, maior transparência.

Os painéis de custos serão disponibilizados por e-mail e estarão abertos a sugestões, críticas ou questionamentos.

Item 3: Fluxo do SIOP:

Em alinhamento com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF, foram realizadas adaptações no sistema SIOP para o ColaboraGov, incluindo a função de anuência para pedidos de alteração orçamentária. O fluxo de alteração orçamentária tem funcionado conforme a ratificação dos membros.

<u>PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:</u>

Durante esta parte da reunião, o objetivo foi esclarecer as dúvidas pertinentes.

Ana Claudia Loureiro – MIR: Relatou que sua equipe operacional trouxe informações sobre o processo de rateio de despesas, no qual não há detalhamento sobre o que está sendo pago. Devido ao fato de ainda estarem em processo de transição no desmembramento do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, não é possível acessar alguns processos que precisam ser pagos. Solicitou que fosse estabelecida uma forma de detalhamento deste procedimento.

Eduardo Nunes Loureiro, Coordenador-Geral de Transferências da DFC/SSC/MGI, questionou se a elaboração de uma prestação de contas, com detalhamento mensal e por contrato, especificando o que está empenhado, o que foi liquidado e o que foi efetivamente pago seria útil. A proposta foi confirmada como satisfatória e ficou acordado que a prática será adotada a partir deste momento.

Jéssica Silva Rodrigues Pedrosa – MPI: Solicitou também o detalhamento do processo de rateio de despesas. Além disso, pediu o detalhamento dos contratos sob demanda (CITSMART), uma vez que as

solicitações não são encaminhadas para o CGGA, o que impede o controle interno sobre os gastos.

Ainda salientou a questão do empenho por contrato, em que ocorre a descentralização, mas o empenho não estava sendo atrelado a um contrato específico. Em determinados momentos, acreditava-se que havia recursos disponíveis para uso, mas, ao verificar, não havia mais saldo, sendo necessário recorrer ao fundo de reserva e reajustar o processo.

Eduardo Nunes Loureiro explicou que a utilização do fundo de reserva destina-se exclusivamente a contratos sob demanda. No entanto, informou que verificará a origem do gargalo, a fim de identificar qual coordenação gerou a falha na comunicação e na resolução de problemas dessa natureza.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leonardo David da Silva Luiz, Secretário-Executivo do colegiado, destacou que haverá outros encontros da CTOFC. As prováveis datas já foram encaminhadas para a reserva de agenda. Contudo, o MGI coloca-se à disposição para quaisquer problemas recorrentes ou específicos, oferecendo a melhor orientação e suporte possível.

Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h e lavrada a presente ata por Dimateus Mariano Nunes, da equipe da Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade da **CTOFC**, que depois de aprovada, será assinada eletronicamente pelo **Leonardo David da Silva Luiz** e disponibilizada no portal do MGI.

APÊNDICE 1 – PLANILHA DE CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

ID	ÓRGÃO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES	CONVIDADOS E PARTICIPANTES EXTRA	TOTAL
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	1	1	4	6
2	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC	1	0	0	1
3	Ministério da Igualdade Racial – MIR	1	0	0	1
4	Ministério dos Povos Indígenas – MPI	0	0	1	1
5	Ministério das Mulheres – MMulheres	1	0	0	1
Total					10

LEONARDO DAVID DA SILVA LUIZ

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COLEGIADO

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo David da Silva Luiz**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 07/03/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49084865** e o código CRC **197B16CA**.

Referência: Processo nº 18339.000276/2024-17 SEI nº 49084865